

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado

Class.: 43

Data 09/04/87

Pg.: _____

Antropólogo denuncia que a Funai cerceia o índio

Florianópolis — "A Funai não protege o índio, cuida apenas dos assuntos indígenas, controla e cerceia-os", afirmou ontem o antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ele esteve em Brasília esta semana, onde discutiu com diversas entidades, um documento sobre o direito dos índios na Constituição. Com base nas suas experiências e conhecimento a respeito deste povo minoritário, o professor elaborou um documento expondo a situação em que se encontram estes nativos, contendo algumas propostas. Ele vai encaminhá-lo aos parlamentares catarinenses, a fim de que façam alguma coisa para modificar esta realidade.

De acordo com Santos, cerca de 180 nações indígenas que subsistem no Brasil reclamam o espaço político necessário para garantir a sobrevivência física de seus integrantes, bem como o resguardo das condições que assegurem sua reprodução, como sistemas sociais e culturais diferenciados. Ele entende que a nova constituição deve, entre outras coisas, garantir autonomia para as comunidades indígenas gerirem seus respectivos interesses, "como um país, dentro de outro país, sem gerar conflitos".

Para Santos, o problema mais grave é a agressividade com que os territórios indígenas estão sendo disputados. "O subsolo de algumas nações é muito rico em minerais, por isso a disputa. O projeto Calha Norte é

um exemplo. Além do seu espaço, o índio tem que ter o direito de ser índio, sem dupla personalidade, como está sendo imposto a eles. Abrasileirar esses indivíduos é uma violência cultural. Considero trágica a situação dos índios, a Nova República não lhes trouxe nenhum benefício, a Funai continua sendo um organismo burocrático voltado para reprimir toda essa gente".

Entidades como União das Nações Indígenas (UNI), Conselho Indigenista Missionário, Sociedade Brasileira para Programas da Ciência (SBPC), Associação Brasileira de Antropologia, Conselho Ecumênico de Divulgação e Informação (Cedi), e outras, estão discutindo propostas, que serão encaminhadas à Subcomissão de Minorias e Populações Indígenas, que faz parte da Comissão de Organização Social. Estas propostas serão entregues aos Constituintes. Em Santa Catarina, o professor Sílvio está fazendo este trabalho, mas adianta que as propostas apresentadas por ele, são de sua inteira responsabilidade.

"Eu acredito na possibilidade de se garantir, na constituição, o direito dos índios", manifestou Santos. Ele acha que a nova constituição deve enfatizar a diversidade étnica e cultural que caracteriza o país, e "que é uma República Federativa Multi-étnica e pluri-societária". A União das Nações Indígenas considera importante reconhecer os direitos territoriais dos povos indígenas; a demarcação das suas terras; e a garantia de plena cidadania, dentre outras coisas.